

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Acquamania Múltiplo Lazer S/A, foi constituída em 13 de maio de 1993, sob a natureza jurídica de sociedade anônima de capital fechado. Seus objetivos compreendem a exploração de atividades de Parques de diversão e parques temáticos.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS E BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis anuais foram preparadas e estão apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial pela Resolução CFC nº 1.418/12 (ITG 1000), e ainda em conformidade com a Lei 6.404/76, com as alterações contidas nas demonstrações contábeis.

2.1.1 Reconhecimento de Ativos

Os ativos foram reconhecidos à medida que existia probabilidade de benefício econômico futuro para a empresa e que seu custo ou valor pudesse ser medido em bases confiáveis. Como base de mensuração dos ativos foi aplicado o custo histórico, custo histórico amortizado, o valor justo e equivalência patrimonial. Onde o custo histórico representa a quantidade de caixa ou equivalentes de caixa paga ou o valor justo do ativo dado para adquirir o ativo quando de sua aquisição. O custo histórico amortizado é o custo do ativo mais ou menos a parcela de seu custo histórico previamente reconhecido como despesa ou receita. O valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes independentes com conhecimento do negócio e interesse em realiza-lo, em uma transação em que não há favorecidos. Equivalência patrimonial onde os investimentos foram ajustados conforme evolução do patrimônio da entidade investida.

2.1.2 Ativo Circulante e não circulante

Foram considerados como ativo circulante todos os ativos que se espera realizar, vender ou consumir durante o ciclo operacional normal da empresa; quando o ativo for mantido essencialmente com a finalidade de negociação; espera realizar o ativo no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; ou o ativo for caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo seja restrita durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis. Todos os demais ativos foram classificados como não circulantes.

2.1.3 Reconhecimento de Passivos

O reconhecimento dos passivos foi realizado à medida que existia probabilidade de redução de benefício econômico futuro e que o valor ou custo pudesse ser estimado de maneira confiável.

2.1.4 Passivo Circulante

Foram classificados como passivo circulante aqueles que a empresa espera liquidar durante o ciclo operacional normal; o passivo for mantido essencialmente para a finalidade de negociação; o passivo for exigível no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; ou a empresa não tiver direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data de divulgação.

2.1.5 Características qualitativas das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância do regime de competência e dentro das exigências NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL, Resolução CFC nº 1.374/2011, conforma a seguir:

a. Características qualitativas fundamentais:

4. USO DE ESTIMATIVAS E PREMISSAS

A elaboração das demonstrações contábeis exige, em certos casos, o uso de estimativas e premissas sobre condições futuras. Isso pode levar a resultados, diversos no futuro, daquele apresentado ao encerrar as atuais demonstrações. Porém, como determina a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL, Resolução 1.374/2011, item nº 4.41 “*O uso de estimativas razoáveis é uma parte essencial para a elaboração das demonstrações contábeis e não prejudica sua confiabilidade.*” Sempre que não existia base razoável para realizar uma estimativa, esta não foi feita.

5. CONJUNTO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Com base na NBC TG 26, Resolução CFC nº 1.158/2009 e empresa elaborou as seguintes demonstrações contábeis individuais: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado e Notas Explicativas. A Demonstração do Resultado Abrangente foi apresentada em quadro próprio dentro da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**6.1. CAIXA E EQUIVALENTE CAIXA**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	2021	2022
CAIXA EQUIVALENTE DE CAIXA	598.496,30	598.496,30
Caixa	598.496,30	598.496,30

6.2. TRIBUTOS A RECUPERAR

	2021	2022
TRIBUTOS A RECUPERAR	5.727,58	5.727,58
INSS a Recuperar	3.432,80	3.432,80
Pagamento à Maior no Parcelamento 11996-14	2.294,78	2.294,78

6.3. OUTROS CRÉDITOS CURTO PRAZO

	2021	2022
Demais Créditos a Receber	27.575,31	30.062,25
Alugueis a receber	27.575,31	30.062,25

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis Encerradas em 31/12/2022

6.4. OUTROS CRÉDITOS LONGO PRAZO

	2021	2022
OUTROS CRÉDITOS – LONGO PRAZO	30.972,92	30.972,92
Bloqueio e Depósito Judiciais LP	30.972,92	30.972,92

6.5. IMOBILIZADO

	2021	2022
IMOBILIZADO	2.692.509,50	2.485.945,82
Terrenos	1.521.362,86	1.521.362,86
Máquinas e equipamentos	1.485.781,16	1.485.781,16
Brinquedos	15.000,00	15.000,00
Equipamentos de Informática	4.658,00	4.658,00
Móveis e Utensílios	206.163,26	206.163,26
Aquisição de Instalações	687.304,99	687.304,99
Obras Civas	5.097.306,57	5.097.306,57
(-) Depreciação Acum. Máquinas e Equipamentos	1.484.457,32	1.484.887,88
(-) Depreciação Acum. Brinquedos	11.080,77	12.580,77
(-) Depreciação Acum. Equipamentos de Informática	4.658,00	4.658,00
(-) Depreciação Acum. Móveis e Utensílios	204.081,98	204.822,86
(-) Depreciação Acum. Aquis. Instalações	687.304,99	687.304,99
(-) Depreciação Acum. Obras Civas	3.933.484,28	4.137.376,52

6.6. OBRIGAÇÕES DO CIRCULANTE

	2021	2022
BENEFÍCIOS E ENCARGOS SOCIAIS	9.628,02	32.232,70
Salários e ordenados a pagar	0,00	16.217,17
Férias a Pagar	0,00	828,38
INSS A Recolher	3.175,95	6.502,70
FGTS a Recolher	677,72	1.720,38
IRRF a recolher	828,50	1.056,05
IRRF a recolher (Terceiros)	16,08	35,64
PIS/PASEP a recolher	469,32	1.022,10
COFINS a recolher	2.161,73	2.546,16
PIS/COFINS/CSLL retidos a recolher	49,85	55,23
Contribuição Sindical a Recolher	2.248,87	2.248,87

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis Encerradas em 31/12/2022

6.7. FORNECEDORES

	2021	2022
FORNECEDORES	24.782,84	1.333,75
COMISSÃO DE VALORES MOBILIARIO - CVM	24.782,84	0,00
MIILLER CONTABILIDADE E CIA LTDA ME	0,00	1.333,75

6.8. PROVISÃO CIRCULANTE

	2021	2022
Provisão Férias	17.922,29	14.641,28
Provisão Férias	13.295,48	11.349,84
Provisão INSS sobre Férias	3.563,19	2.383,47
Provisão FGTS sobre Ferias	1.063,62	907,97

6.9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - LONGO PRAZO

	2021	2022
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	25.770.759,18	28.748.773,86
Financiamento BANCO BNDES LP	4.407.510,10	4.916.832,69
GERES debentures conversíveis LP	6.799.682,46	7.585.439,43
GERES debentures não conversíveis LP	6.540.715,76	7.296.547,10
Fungetur LP	3.096.151,19	3.453.935,91
GERES debentures conversíveis II LP	1.334.532,29	1.488.748,04
GERES debentures não conversíveis II LP	1.531.475,97	1.708.450,12
Financiamento BNDES POC II LP	2.060.691,41	2.298.820,57

6.10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	2021	2022
CAPITAL SOCIAL	3.320.885,00	3.320.885,00
Capital Social Subscrito	4.013.000,00	4.013.000,00
(-) Capital Social à Integralizar	692.115,00	692.115,00

6.11. LUCRO OU PREJUÍZOS ACUMULADOS

	2021	2022
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	25.531.373,65	25.531.373,65
(-) Prejuízos Acumulados	25.531.373,65	25.531.373,65

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis Encerradas em 31/12/2022

6.12. RECEITAS OPERACIONAL

	2021	2022
RECEITA OPERACIONAL	431.498,72	376.000,88
Rec. de Aluguel de Bens Moveis	427.268,52	369.770,18
Recuperação de Custos e Despesas	4.004,76	6.230,70
Juros e Atualização monetária sobre tributos	225,44	0,00

6.13. DESPESAS OPERACIONAIS

	2021	2022
DESPESAS OPERACIONAIS	20.021,99	36.679,83
Salários e Ordenados ADM	91.490,86	95.998,16
Ferias	0,00	12.593,97
13º Salário	0,00	6.862,39
FGTS	9.299,84	18.714,80
INSS	32.290,15	29.714,63
Alimentação de Funcionários	900,00	300,00
Vale Transporte	2.239,00	1.697,28
Seguro de Vida	11.365,76	36.408,18
Assistência Médica	163,08	17.306,15
Contribuição Sindical Patronal	0,00	294,00
Plano Odontológico	0,00	2.252,58
Benefício Social Familiar	382,80	0,00
Bolsa Auxílio- Estágio	240,00	0,00
Honorários de Consultoria	1.385,76	0,00
Serviços de Terceiros	20.700,00	0,00

7. INFORMAÇÕES COMPARATIVAS

Para atender o que determina a NBC TG 23 (R1), aprovada pela Resolução CFC nº 1.179/2009, as informações comparativas foram apresentadas de maneira ajustada, quando assim exigido, para tornar possível aos usuários das Demonstrações Contábeis à comparabilidade dos saldos ao longo do tempo, propiciando assim a identificação das principais tendências relativas à sua posição patrimonial,

financeiras e também de desempenho. Tomou-se cuidado especial para que a comparabilidade se estendesse no tocante a outras empresas do mercado, especialmente mantendo a estrutura das demonstrações dentro do que preconiza a NBC TG 26. Todos os ajustes exigidos por força de mudanças em práticas e políticas contábeis foram contabilizados retrospectivamente com a representação dos saldos comparativos utilizando-se da expressão “reelaborado”.

8. DETERMINAÇÃO DO RESULTADO

Demonstração do Resultado foi estruturado em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, conforme preceitua a NBC TG 26 (R1), item nº 82 iniciando a partir da Receita Líquida. Foram classificadas em operações continuadas aquelas que a empresa espera que tenham continuidade pelo menos por mais doze meses da data das demonstrações contábeis

O resultado foi apurado segundo o regime de competência onde os efeitos das operações e de outros eventos são reconhecidos quando ocorrem (e não quando são recebidos ou pagos como caixa ou equivalente de caixa) e são registrados na contabilidade e divulgados nas demonstrações contábeis dos períodos aos quais se referem. Foram ainda consideradas as legislações específicas e demais legislações aplicáveis tais como as normas brasileiras de contabilidade, editadas e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em consonância com as normas internacionais conhecidas como IFRS.

As receitas de bens e serviços foram reconhecidas pelo valor justo recebido ou a receber através do regime de competência. Na definição do valor justo foi levado em consideração o valor de qualquer desconto comercial e os descontos e abatimentos por volume concedidos pela empresa. As receitas de vendas e serviços somente foram reconhecidas quando possível estimar de forma confiável e ainda de acordo com o estágio de execução do referido serviço, através do método de percentagem completada, e quando todas as seguintes condições foram consideradas satisfeitas: o valor da receita pode ser mensurado de forma confiável; é provável que os benefícios econômicos associados com a transação fluirão para a empresa; o estágio de execução da transação ao final do período de referência pode ser mensurado de forma confiável; os custos para a transação e os custos para completar a transação podem ser mensurados de forma confiável, tudo em conformidade com o que determina a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL, Resolução CFC nº 1.374/2011, item nº 4.47 que assim determina: “*a receita deve ser reconhecida na demonstração do resultado quando resultar em aumento nos benefícios econômicos futuros relacionado com aumento de ativo ou com a diminuição de passivo, e puder ser mensurado com a contabilidade [...]*”.

9. EVENTOS SUBSEQUENTES

A empresa declara que não aconteceram eventos relevantes durante o período subsequente ao encerramento das demonstrações contábeis. A análise foi realizada dentro do que determinam as características qualitativas e dos princípios contábeis editados pelo Conselho Federal de Contabilidade e em especial conforme recomenda a NBC TG 24 (R1), Resolução CFC nº 1.184/2009.

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

CYNTHIA PAULA DA VEIGA RAMPINELLI
Diretor
CPF: 015.439.197-23

DIEGO LOPES MILLER
Contador
CPF:125.897.687-02 CRC: ES-018324/O-9